

Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. ^{*1}

Gey Espinheira*

Antonio Mateus de Carvalho Soares†

Porque sei que o tempo é sempre o tempo
E que o espaço é sempre apenas o espaço
E que o real somente o é dentro de um tempo
E apenas para o espaço que o contém.

T.S. Eliot

1. Introdução

Somos no espaço, nos lugares e no tempo; sem abstrações, somos a hora, o instante e a perduração. Tempo e lugar, lugar e tempo na sucessão das gerações. A cidade, mas nunca toda ela, nos pertence, assim como pertencemos a ela.

Salvador é uma cidade de expressiva história colonial, constituiu-se como uma das mais antigas colonizações urbanas da América Latina. Uma cidade de diversos conteúdos culturais e religiosos que lhe confere forte identidade urbana a se refletir nos inúmeros espaços urbanos que lhe compõem. Com quase três milhões de habitantes incluindo sua área metropolitana, a cidade de Salvador é uma das mais importantes cidades brasileiras, e, como estas, é objeto da concentração e desconcentração populacional a se refletir na reprodução espacial, seguindo a lógica capitalista² de parcelamento territorial. Ao se fazer moderna³, a antiga cidade do Salvador que desde os primórdios é dividida em cidade alta e baixa, submete-se a um processo de urbanização marcado por uma importante trajetória de configurações e (re) configurações de planos⁴ que marcam a expansão urbana e seus movimentos demográficos.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil.

* Sociólogo, Professor da Pós Graduação e Graduação na (FFCH/UFBA), doutor em Sociologia FFLCH/USP, coordenador de pesquisas PIBIC/CNPq/FAPESB, junto ao Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (CRH/UFBA), autor de diversos livros.

† Sociólogo UFBA; Urbanista – UNEB; Especialista em Gestão Pública Municipal – UNEB; Membro do Grupo de Pesquisa - Cultura, cidade e democracia: representações e movimentos sociais, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Geraldo D'Andréa (Gey) Espinheira, no CRH/UFBA; Mestrando em Arquitetura e Urbanismo na EESC/USP; Bolsista FAPESP; orientando da Livre Docente Profa. Cibele Saliba Rizek.

² Cf. (SOUZA, 2000, p. 55) Na reprodução do espaço sob a lógica capitalista, a segregação espacial sempre existiu, desde os primórdios da metrópole industrial, separando espacialmente ricos e pobres, sendo as áreas mais nobres melhor servidas de infra-estrutura e outros benefícios coletivos e as demais, de certa forma, “largadas à própria sorte”. Portanto, a exclusão social se manifesta no próprio fenômeno da segregação espacial, uma vez que, separando as áreas de moradia na cidade por classes sociais distintas, coloca “de fora” das melhores condições de habitabilidade as populações mais pobres, resultando em acessos diferenciados às benfeitorias e ao conforto urbano.

³ Cf. SAMPAIO A. H. (1999, p.163) Salvador, já em 1935, perscrutava o rumo das coisas, no sentido e na linha antecipatória do novo, da cidade moderna, baseada num plano de urbanismo global, grandioso e grandiloquente, tal como se concluiu da I Semana de Urbanismo. Entretanto, a efetiva introdução do paradigma moderno só vai acontecer de fato a partir da introdução do EPUCS, em 1943, quando os modelos espaciais para uma Cidade-ideal, vista como totalidade, vão ser incorporados na prática e na teorização sobre a cidade-real.

⁴ Salvador, contou em todo o seu processo de urbanização com três planos urbanísticos: o trazido por Tomé de Souza, em 1549, séc. XVI, que não pode ser desconsiderado, o EPUCS, iniciado em 1942, e o Plandurb, desenvolvido a partir de 1978.

A partir de 1950 do século XX, temos um processo dinâmico de crescimento urbano que se condiciona ao aperfeiçoamento dos meios de transportes⁵ e ao início da abertura das primeiras grandes vias de articulação, assim como ao surgimento de algumas indústrias que impulsionaram o desenvolvimento da cidade. Salvador na década de 1950 passa a se constituir como a principal referência nordestina no movimento de ampliação no processo de industrialização moderno iniciado no centro-sul, com a instalação da CHEFS e PETROBRAS na Bahia. Nos anos de 1970⁶, além do crescimento demográfico a cidade sofreu uma série de transformações sociais, administrativas e econômicas, a exemplo: do deslocamento do centro econômico tradicional, que se situava nos Bairros do Comércio, que vai gradativamente perdendo sua função polarizadora com a instalação do Shopping Iguatemi (1975), assim como de novos sub-centros comerciais modernos em outras áreas da cidade; o Centro Administrativo da Bahia (CAB), que se localizava no Centro Histórico é transferido para um moderno conjunto de prédios, localizado na Avenida Paralela – área norte da cidade; a região industrial antes localizada no interior do perímetro urbano, mas especificamente nas imediações do Bairro da Calçada e no Subúrbio Ferroviário⁷ – Península de Itapagipe – é transferida para os municípios de Camaçari, compondo o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e para o Centro Industrial de Aratu (CIA)⁸, em uma perspectiva que estabelece uma maior articulação de Salvador com sua região metropolitana.

Com a instalação destes complexos industriais, começaram a surgir bairros residências de classe média e alta para atender a demanda de profissionais que vinham de outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro) e da nova classe média local que surgia junto ao desenvolvimento industrial. Estes se localizavam nas proximidades da Orla Atlântica já se direcionando para a área nordeste da cidade. Enquanto isso, as áreas populares da cidade de Salvador cresciam aceleradamente sem acompanhamento técnico, abrigando operários, imigrantes, desempregados e pobres de baixa ou nenhuma renda que eram expulsos das áreas centrais das cidades para áreas mais distantes.

Neste processo demográfico de formação urbana, temos o crescimento de espaços populares e a exacerbação da necessidade de moradia para a população pobre de Salvador, que eram vitimizadas pelos altos preços da terra urbana. O quadro caótico da urbanização de Salvador nos anos da década de 1970 era um reflexo espacial da articulação entre os agentes financeiros, econômicos, políticos, institucionais e ideológicos que marcavam a segregação por classe de renda.

Nesta trajetória de concentrações e desconcentrações temos uma perversa consolidação da segmentação do espaço urbano de Salvador, dividido-o aqui, em “concentrações de territórios populares” e “concentrações de territórios abastados”. Desta

⁵ Cf. (Brandão, 1978, p.160) O processo de expansão horizontal de Salvador foi efetuado em simultaneidade com o aperfeiçoamento dos transportes, pelo desenvolvimento do centro e por fenômenos socioculturais particulares. Embora a crescente demanda de lugares para habitação pudesse ter sido, em grande parte, resolvida pela formatação dos vazios internos do tecido urbano e proximidades, em função da rigidez da estrutura da terra na cidade, o crescimento da periferia foi a tendência predominante. O mecanismo de especulação imobiliária conferiu ao fenômeno uma intensidade muito distinta da que deveria ser a evolução natural.

⁶ Cf. (REIS FILHO, N. G. 1996, p. 11) Em relação ao período entre 1945 e 1964, pode se dizer que o impulso econômico e o estímulo à industrialização representado pela Segunda Guerra Mundial se traduziram fisicamente pelo crescimento expressivo de algumas cidades e por um discreto incremento do índice de urbanização que passou de 31,24% em 1940, para 36,16% em 1950.

⁷ O Subúrbio Ferroviário de Salvador é um mosaico atualmente formado por 22 bairros empobrecidos, uma área de aproximadamente 4.145ha, com cerca de 500 mil habitantes, é uma parte da cidade populosa e habitada em sua maioria por negros, privados de um tratamento de políticas públicas de qualidade, com falta de infra-estrutura urbana e serviços. Mas com grandes manifestações e representações culturais.

⁸ Ver CARDOSO, Célia Rosana Carneiro. Arquitetura e Indústria: a Península de Itapagipe como Sítio industrial de Salvador. Moderna 1891 – 1947. Dissertação de Mestrado – EESC/USP – 2004.

forma, somam-se ao território abastado da cidade: os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica da Cidade, Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba, Itaigara, Alto do Itaigara, Caminho das Árvores, Costa Azul, Stiep etc. Territórios que poderíamos considerar (GORDILHO, 2000) como os da cidade formal, a cidade legal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Seguindo as teorizações de (CALDEIRAS, 1997) estes territórios podem ser compreendidos como “ilhas de riquezas”, principalmente a Pituba, Itaigara e Caminhos das Árvores que se organizam como condomínios fechados – “enclaves fortificados”.⁹

Na outra face da moeda os “territórios populares”, compreendidos na maioria dos casos como os espaços pobres e informais da cidade, àqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, são habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos pelas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador, compreendidos através dos bairros¹⁰: Mussurunga I,II,III, Parque São Cristovão, Alto do Girassol, Raposo, Carobeira, Cassange, Nova Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros (aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixo de Coutos, Plataforma, Periperi etc.); Pau da Lima (Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc); Tancredo Neves, Cabula VI, Beiru, e outros e na região limítrofe do bairro da Liberdade.

Os espaços populares de Salvador se aglomeram principalmente na área oeste composta pelo Subúrbio Ferroviário e na área norte do miolo¹¹ da cidade, – parte geograficamente central – nas últimas décadas teve uma ocupação mista, mas com predominância de áreas residenciais. Na área do miolo se localiza o CAB – Centro Administrativo do Estado da Bahia, complexo de órgãos governamentais, inúmeras universidades privadas e concessionárias de automóveis. Nesta parte do tecido urbano observam-se áreas favelizadas, como o bairro da Paz conhecido como das Malvinas e o bairro Novo Horizonte, conhecido como Planeta dos Macacos etc.

Como uma das conseqüências desse processo de urbanização como negociação da terra urbana (lote/espço) e da produção imobiliária foi o padrão de urbanização segregada, gerando o fenômeno sociológico da periferização que aguça a discriminação por classe, na mesma esteira de uma das mais cínicas formas de estruturar o planejamento urbano, a criação de áreas de “vocação para baixa renda”, em se tratando de planejamento habitacional.

Conforme a geógrafa francesa Dabrowsky¹² (2003, p.183) “a discriminação está na origem da segregação. A discriminação é sociológica e a segregação é geográfica, afirmação que corrobora às análises do sociólogo Espinheira (2003, p.189) ao referenciar o subúrbio ferroviário de Salvador, como lugar sujo, feio, desumano, logo um lugar discriminado, habitado por pessoas também discriminadas e marcadas como seres impuros, doentes e

⁹ Ver. CALDEIRAS, Tereza. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana:”. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 47, março: (155- 78). 1997.

¹⁰ Cf. (SOUZA, 2000, p. 60)É notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais oeste e norte da cidade, **correspondendo ao Subúrbio e Miolo** que, como visto, representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas.

¹¹ Cf. FERNANDES, Rosali B. (2004) O Miolo de Salvador é assim denominado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), da década de 1970. Este nome se deve ao fato da região situar-se, em termos geográficos, na parte central do município de Salvador, ou seja, no miolo da cidade. Possuindo cerca de 115 km, ele está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho – Avenida Paralela – estendendo-se desde a Invasão Saramandaia até o limite Norte do Município. Está área é formada por cerca de 41 bairros que ocupam 35% da superfície da cidade

¹² Cf .Delphine Dabrowski, (2003) a urbanização fragmentada, como um das variáveis físicas da cidade que opõe cada vez mais, ricos e pobres, como se constituíssem dois mundos superpostos. A autora afirmar que o espaço se divide em dois, entre um “circuito superior”, moderno, no qual se predomina a classe média, e em outro “circuito inferior”, exclusivamente reservado para os pobres.

desvalorizados. “a convivência com o feio, com o sujo, com a deterioração ambiental e com a violência gera uma auto desvalorização e,conseqüentemente uma baixa solidariedade social”.

2. Salvador e a obediência à lógica imobiliária¹³

Salvador, como qualquer cidade grande contemporânea transforma o seu desenvolvimento urbano em um segmento da economia. Nada é ao acaso, mas segundo a lógica do lucro, da acumulação. Nos últimos quarenta anos, com a aceleração do capitalismo industrial que deu ares de modernidade a Salvador, a expansão urbana da cidade seguiu, aceleradamente, a lógica imobiliária do que se convencionou denominar de especulação, termo que pode parecer em princípio exagerado torna-se adequado quando se observam os recursos utilizados pelos agentes imobiliários, proprietários e incorporadores, em suas interferências institucionais para elevar a apropriação de lucros e a realização de empreendimentos em locais em que há restrições legais. Mas não só nesta direção. O capital sempre atua em muitas frentes concomitantemente, e uma delas é a da política institucional para fazer pender, em seu favor, as decisões em casos ambíguos ou em que interesses sociais se colocam acima dos privados, invertendo a ordem das coisas. Por exemplo, na ironia de um pedido de “anistia”, o colunista político do jornal A TARDE (23/12/2005, p. 20) Samuel Celestino escreve, citando um morador que lhe mandara um e-mail: “para você ter uma idéia, o valor venal do imóvel no cadastro da Prefeitura é de R\$ 256.725,66 com um IPTU de R\$ 1.777,93. O meu imóvel vale R\$ 1.500.000,00”.

Os moradores mais ricos são os que menos contribuem, proporcionalmente, para o condomínio da cidade, sendo o IPTU uma das contribuições mais importantes neste campo do recolhimento de impostos diretamente vinculado aos usos da cidade. É simplesmente escandalosa a forma como essas pessoas se esquivam em pagar o que efetivamente consomem, e como consomem na ocupação dos espaços urbanos, tanto os da moradia, como os das ruas com seus automóveis e sua generosa produção de lixo e gastos também generosíssimos de energia, de água e de tudo mais que é serviço e infra-estrutura urbana. Mas o Brasil tem sido assim: os pobres alimentam a obesidade e a elegância dos ricos e, em troca, aos pobres a pobreza.

Segundo Serge Paugam, “nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado”¹⁴. O conceito de indivíduo pobre, está associado ao de fracassado socialmente, e de excluído por não poder acessar em termos espaciais e temporais: a cidade e seus benefícios, as mercadorias, e serviços, a tecnologia, ao conhecimento etc. A questão da pobreza remete também à exclusão social e a construção cotidiana de um desequilíbrio social que coloca em risco o projeto humano.

A desqualificação social gerada pela pobreza e a desigualdade econômica, embora sejam as mais visível variáveis para as análises de concentração e desconcentração urbana nos espaços urbanos, se faz necessário colocar em destaque o círculo vicioso a que estão submetidas às populações de baixa renda: o enfraquecimento dos laços sociais e das instituições de socialização: família, escola, igreja etc.

Em suas tentativas de descrever as condições de pobreza, Serge Paugam (2003)¹⁵, destaca: a privação de renda estável seguida por uma desclassificação profissional e social; a falta de acesso aos serviços básicos; e, a péssima localização da habitação, muitas vezes em áreas de riscos distantes das áreas urbanas de influências etc.

¹³ Cf. (CARVALHO & PINHO.1996, P.36) a lógica do capital caminha atrelada aos interesses imobiliários estimulando a conformação do “padrão periférico” da urbanização, provocando a expansão desigual do tecido urbano.

¹⁴Cf.(PAUGAM,Serge.2003) Desqualificação social. Ensaio sobre a Nova Pobreza. São Paulo. Ed. Cortez.

¹⁵ Ainda que as pesquisas do sociólogo tentem explicar a “nova pobreza na França”, suas definições poder ser trazidas para a referência em alguns contextos brasileiros.

Aceleradamente as populações inseridas e incrustadas em áreas estratégicas, por sua localização na trama urbana, ocupada por grupos de baixa renda, foram desalojadas e transferidas para bairros distantes “vacionados” para receber os programas habitacionais de baixa renda, ou eufemisticamente “populares”, afastando¹⁷ as “classes perigosas” da vizinhança imediata dos assentamentos de grupos de médias e altas rendas; movimento inverso havia sido registrado quando se deram as intrusões de prédios financiados pelo então BNH, misturando diferentes grupos sociais de rendas mais ou menos compatíveis, proximidade facultada pelos financiamentos em longo prazo, com os imóveis comercializados, mas de diferentes procedências e grupos de status nos bairros de classe média, levando aos moradores de maior autonomia a se refugiarem em novos bairros que surgiam com a garantia de uma certa homogeneização de status, mas também *subúrbios modernos*, loteamentos espaçosos formando grandes condomínios residenciais com segurança própria.

Muitos bairros tradicionais foram esvaziados de seus moradores de maior poder aquisitivo e influência social, e outros se constituíram como condomínios fechados; no sentido extremo, áreas de “vacação” para baixa renda, em compasso de espera no famoso estágio de “engorda” – à espera da infra-estrutura urbana pelos poderes públicos para a valorização individual das glebas particulares e posterior repartição em lotes – são invadidas por parcelas da população absolutamente fora do mercado imobiliário, constituindo favelas, aqui denominadas de *invasões*, conceito que tem o duplo significado: precariedade da urbanização e da moradia e ilegalidade na ocupação do lote; em que o morador *favelado* é imediatamente reconhecido como *invasor*, ou seja, aquele que atentou contra a propriedade privada e ilegalmente se estabeleceu naquele local.

3. Periferização: fenômeno urbano e humano

A periferização não é uma conseqüência natural do crescimento urbano, mas uma forma racional de promovê-lo com a segregação social e espacial, dando aos pobres a pobreza das condições de vida que a própria urbanização segregada produz: distância excessiva, precariedade de transporte e vias de acesso, das construções, da infra-estrutura em rede, de segurança, de serviços os mais diversos etc. O termo “vacação”, cuja origem está no discurso da psicologia das profissões que o capitalismo desenvolveu no conjunto da engenharia social, na procura de selecionar “cientificamente” as personalidades certas para os lugares para os quais estariam vocacionadas, aplicado para a estratificação urbana tem a mesma conotação de “cultura da pobreza” ou ainda, da moderna concepção que vigora nos Estados Unidos de uma tendência “ecológica” de concentração de pessoas que se identificariam por sua situação sócio-econômica e cultural, como analisa Wacquant ao rebater a cientificidade da teoria das janelas quebradas¹⁸ (2001).

Podemos ver no clássico estudo de Elias e Scotson¹⁹ que esta teoria não tem nenhuma verdade científica, mas, ao contrário, serve como uma simulação das mais hipócritas para justificar a espacialização diferenciada dos investimentos públicos em termos de *retorno*, na mais pura lógica do capitalismo de rapina, em que as áreas degradadas e precárias em termos de infra-estrutura não deveriam receber investimentos públicos por “não darem retorno” desses investimentos, constituindo em zonas de desperdício de recursos públicos em razão

¹⁶ T.S.Eliot. *Eaest coker*.

¹⁷ No caso de Salvador, a população pobre afastada é concentrada nas áreas do Subúrbio Ferroviário e no Miolo Urbano da cidade de Salvador.

¹⁸ WILSON, James Q. *Broken Windows theory*, 1982.

¹⁹ CF. ELIAS, Nobert, SCTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

dos tipos humanos ali dispostos, como denuncia Wacquant²⁰ ao analisar a suposta teoria de The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life, do psicólogo de Harvard, Richard Herrnstein, destacando:

Segundo The Bell Curve, o quociente intelectual determina não apenas quem entra e tem êxito na universidade, mas ainda quem se torna mendigo ou milionário, quem vive nos sacramentos do matrimônio em vez de uma união livre (“as uniões ilegítimas – um dos mais importantes problemas sociais de nossa época – estão fortemente ligadas ao nível de inteligência”), se uma mãe educa convenientemente seus filhos ou se os ignora e quem cumpre conscienciosamente seus deveres cívicos (“as crianças mais inteligentes de todas as classes sociais, mesmo entre os mais pobres, aprendem mais rápido como funciona o Estado e são mais suscetíveis de se informar e discutir assuntos políticos e deles participar”). Como é de se esperar, o QI também governa a propensão ao crime e ao encarceramento: alguém se torna criminoso não porque sofre de privações materiais [*deprived*]. “Muitas pessoas se inclinam a pensar que os criminosos são pessoas oriundas dos ‘bairros ruins’ da cidade. Têm razão no sentido de que é nesses bairros que residem de maneira desproporcional as pessoas de baixa capacidade cognitiva”. Em suma, todas as “patologias sociais” que afligem a sociedade americana estão “notavelmente concentradas na base da distribuição do quociente intelectual.

A derrocada social dos indivíduos passa a ser vista como uma questão de *destino* pessoal e cada qual é o *culpado* – e esta noção é mais grave do que a de *responsável* – por sua condição, na medida em que a culpa é um sentimento de auto-condenação que se segue à auto-responsabilização pelo fato de ser o que é, por estar aonde está e do jeito em que está; por ser, enfim, o ser-no-mundo em que se transformou.

*Mas a fé, o amor e a esperança permanecem todos à espera...*²¹

A sociedade é isenta de responsabilidade – e menos ainda de culpa – em relação aos destinos individuais. Foi assim que o ministro francês, Sakorzy viu os jovens das *banlieus* franceses, nos arredores de Paris e de outras grandes cidades, tratados como “escória”, o que gerou uma notável revolta urbana, cuja característica foi a queima de milhares de automóveis, estendendo-se a equipamentos comunitários e estabelecimentos comerciais, em uma longa e demorada situação de revolta, vista por uma diversidade de olhares de diferentes estudiosos e políticos. Mas, quase um consenso: foram os humilhados e ofendidos que se rebelaram; foi a emoção e não qualquer propósito revolucionário ideológico o fator desencadeador do movimento.

Chamados de “racaille”, literalmente escória, canalha, os jovens não mais aceitaram uma situação que perdura na vida cotidiana e se naturaliza, a exemplo da brutalidade policial e do racismo que distingue a cor da pele e a procedência, os imigrantes. Os primeiros, acolhidos do exílio, alcançaram uma situação superior a que tinham em seus países de origem, onde eram perseguidos e ameaçados de prisão ou eliminação, dos quais precisaram sair; a segunda geração já sentiu os obstáculos e as dificuldades no país estrangeiro, mas que era sua nova pátria, representando já fracassos para a segunda e terceira gerações, esta sem perspectivas, vivendo o tédio dos dias comuns e os mesmos, sempre: sem trabalho, sem renda e sem excitações motivadoras das animações da vida.

Foram esses os ingredientes que desencadearam as revoltas, que lá se orientaram contra o patrimônio de cidadãos comuns, aparentemente bem sucedidos, uma revolta quase cega; no Brasil, sem a orquestração de movimentos desse tipo, as manifestações mais organizadas estão ligadas a grupos que se dedicam a práticas criminosas, como foram as

²⁰ WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.24.

²¹ T.S.Eliot. East coker. Quatro quartetos. In Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004. p. 351.

ondas posteriores que se seguiram ao movimento dos jovens franceses, já em uma estratégia de aproveitamento das possíveis vantagens que se poderia obter de uma situação que chegou quase às características de uma situação de anomia.

No Brasil o crescimento acelerado das metrópoles tem muito a ver com os aportes populacionais dos fluxos migratórios rurais urbanos e de pequenas e médias cidades para as regiões metropolitanas. Se os primeiros migrantes se sentem melhores no novo lócus, as gerações mais novas, que não experimentaram de modo tão consciente as agruras que moveram os adultos, sofrem com a falta de possibilidades de realização das animações da vida, do mesmo modo como se viu no caso dos jovens franceses das *banlieus*, aqui traduzida com *periferias*.

O fenômeno urbano e humano é o da periferização, do isolamento em lugares homogêneos e homogeneizados em razão do padrão sócio-econômico dos habitantes, na França acrescido da identidade de procedência nacional: imigrantes estrangeiros, enquanto que no Brasil os imigrantes são de estados e regiões internos ao próprio país, sendo os estrangeiros minoritários e sem energia para reações mais abertas. Mas é preciso observar, na particularidade das grandes cidades brasileiras, as inúmeras revoltas nas prisões, sobretudo nas que concentram jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas por terem cometido atos infracionais, cuja sigla mais famosa é FEBEM e o Estado de São Paulo o campeão desses levantes; também nas prisões de adultos são frequentes, em todo o país levantes semelhantes, em repetição insuportável pela preservação das causas: excesso de lotação e maus tratos, humilhação e ofensas. Carandiru, cujo massacre de 111 presos ocorreu em 1992, ficou na história como situação limite.

Nos bairros populares a energia raramente é canalizada contra a ordem pública, mas sim a serviço de alguma reivindicação de caráter imediato e pessoal, justiça privada, ou contra obstáculos tidos como indesejáveis e removíveis, o que leva a confronto com policiais com eventuais danos ao patrimônio público e privado, mas sempre de pouca monta. Por outro lado, sem a resistência política, a criminalidade se expande como expressões de realização de potencialidades obstruídas em outros canais formais e legais da vida social e torna-se endêmica no país.

Dados recentes divulgados pelo IBGE afirmam a extraordinária proporção de jovens (27%) fora de escolas e sem nenhum tipo de trabalho, literalmente ociosos, invisibilizados pela sociedade em sua exclusão nesses dois campos fundamentais de inserção social dos seres humanos: educação e trabalho. Mas, novamente, esses jovens não se distribuem aleatoriamente no espaço urbano e nas classes sociais, são os periféricos, são os herdeiros da pobreza e destinados aos infortúnios de sua condição social.

4. Inteligibilidades : Crescimento próximo de zero

*Vivemos a experiência mas perdemos o significado...*²²

Crescimento próximo de zero. Parece ser algo impensável há poucos anos atrás quando se alardeava o discurso da *explosão demográfica*, o maior de todos os males da sociedade, cujas conseqüências recaíam no crescimento e na manutenção da pobreza e cujos culpados eram os irresponsáveis, homens e mulheres, que reproduziam ser ter condições de sustentação digna de suas proles.

Paternidade irresponsável e ignorância eram acusações freqüentemente lançadas, sobretudo às pessoas mais pobres da população, às quais se creditava o ter filhos como uma conseqüência da “falta do que fazer”, como uma compulsão, resqüício de uma suposta

²² Idem. Ibid. The dry salvages. P 363.

ruralidade ou efeito da própria condição – *cultura* – de pobreza. Os dados indicavam que dentre os mais pobres e migrantes mais recentes as proles eram mais numerosas.

Dados agregados e universalizados sempre acobertaram realidades específicas que se dissolviam na totalização. Por outro lado, a desagregação de espaços e a tomada de dados específicos também produziam o efeito inverso, ou seja, o de projetar realidades super focadas, ressaltando características extraordinárias em relação ao conjunto mais geral da população estudada.

Assim, em uma metrópole, os espaços urbanos aparecem ocupados por populações diferenciadas quanto ao tamanho da prole, mesmo quando no quadro mais geral a fecundidade é a mesma e são as mesmas faixas etárias. Fatores subjetivos se destacam, muitas vezes assumindo a dimensão de *cultura*, para explicar a reprodução nesses espaços considerados como populares em contraposição àqueles outros de classe média ou de elite, em que a taxa de fecundidade é menos elevada.

Não é da competência deste trabalho analisar demograficamente a questão, isto é, aplicando os conceitos próprios da demografia, mas sim os da sociologia, para compreender que os diferentes padrões de vida social são responsáveis por diferentes respostas que se refletem na imagem demográfica das metrópoles.

O controle da natalidade foi amplamente aplicado no país e, sem dúvida, mais eficaz nas áreas urbanas e em grupos sociais com maiores níveis educacionais, o que equivale dizer, com maior acesso a bens e serviços específicos em relação à questão abordada. O discurso ideológico da explosão demográfica serviu a muitos políticos como plataforma eleitoral, com apoio de profissionais da área médica, sobretudo, que pregavam o controle da natalidade como absolutamente necessário para a redução da pobreza e da desigualdade social. Política de laqueadura de trompas e outros procedimentos similares garantiam votos para médicos, profissão que veio a constituir o “político nato”: o candidato médico.

O Brasil fez a sua transição demográfica e reduziu significativamente o crescimento demográfico, mas isso em nada representou em termos de redução da pobreza, nem tampouco em termos de diminuição das distâncias sociais. Já estava por demais demonstrado que o crescimento econômico não tem como consequência a redução da pobreza ou da desigualdade, mas, ao contrário, tende a agravar a ambas, já que o crescimento se dá sempre de modo concentrado e são os mais ricos que se beneficiam do crescimento, sobrando para os mais pobres e desiguais o que se poderia denominar de migalhas.

Em termos macroeconômicos a teoria do crescimento é uma falácia quando se tomam os problemas internos de uma nação quanto à distribuição da renda. O Brasil tem crescido, ainda que homeopaticamente, a pobreza rural tem diminuído enquanto a metropolitana aumentada. A explicação está em dois pontos: primeiro, a chegada ao campo de programas sociais de desconcentração da renda, a exemplo do bolsa-família; segundo, as migrações que esvaziam a população rural levando para as metrópoles o excedente e lá fortalecendo a proporção de pobres já existente.

Uma inversão começa a se fazer sentir em termos de cortes de estratos de renda de populações por região no Brasil. O Nordeste pobre tem proporcionalmente menos pobres que o Sudeste rico e isso não foi devido a uma melhoria das condições de vida social no Nordeste, mas ao deslocamento migratório do excedente populacional que foi concentrar a pobreza do Sudeste, como em outra escala, no âmbito de uma metrópole, a concentração de pobres em determinados espaços tende a aumentar progressivamente e agravar as condições de vida de todos os moradores, mesmo quando o governo intervém em políticas urbanísticas e habitacionais, a exemplo do que vem ocorrendo em Salvador, especialmente no Subúrbio Ferroviário, em que programas de impacto são aplicados.

Como se explica essa situação paradoxal? Por que os conjuntos habitacionais governamentais, resultantes de políticas habitacionais trazem mais problemas do que soluções?

Em primeiro plano reconhece-se um determinado déficit habitacional, seja em termos absoluto, seja relativo, e a resposta é a oferta de unidades habitacionais para reduzir o déficit e atender a grupos de moradores sem teto ou em tetos precários, como foi o caso das transferências de moradores *da maré*, que se abrigavam em palafitas, para conjuntos habitacionais em terra firme, como foi analisado em “Deserdados do mar e segregados em terra”²³. A arquitetura das moradias e o urbanismo dos sítios dos conjuntos são disjunções em relação ao ambiente urbano micro e são soluções não práticas para as pessoas supostamente beneficiadas. Não se nega que as moradias sejam “melhores” que as anteriores em termos de materiais de construção e de arranjos urbanos, mas sim que as pessoas não são levadas em consideração em termos de suas necessidades e de suas possibilidades. É um urbanismo à revelia dos moradores, tão somente ao sabor das técnicas da arquitetura e da engenharia e dos orçamentos governamentais. As pessoas, então, que se adaptem ao que foi executado.

Como resultado, as pessoas imediatamente beneficiadas, cadastradas e transferidas, não se demoram, em sua maior parte, em suas novas habitações e logo as repassam a outras indo para mais distante e constituindo ou ampliando aglomerados pobres já existentes. Esse fenômeno é, muitas vezes, interpretado como uma busca ecológica de concentração de pessoas de uma mesma condição econômica e social, como uma resposta da cultura, como afirmam certas teorias pragmáticas estadunidenses.

As novas habitações são mais exíguas que aquelas que os moradores haviam construído, e também implicam em encargos com os serviços urbanos que antes não existiam, a exemplo de água e energia, sendo esta última não apenas o que se consome diretamente no domicílio, mas também a iluminação pública, assim como na tarifa da primeira está embutida o saneamento. Sem alterações no padrão de renda, a melhoria habitacional é uma piora econômica. A resposta dos moradores é na rápida deterioração do ambiente, tanto do ponto de vista físico como social; no primeiro caso, começa pela aparência das habitações a fisionomia dos imóveis, descolorados e sujos e logo “feridas” são expostas no aparecimento de defeitos e de destruições, aparentemente vândalas, de equipamentos.

A deterioração física é acompanhada, ou até mesmo precedida, da decadência econômica e social dos moradores que não podem acompanhar as despesas requeridas pelo novo ambiente, resultando em frustrações e essa levando a contrariedades que têm como conseqüências o abandono da conservação e em seguida a ação de deterioração do que está implantado, como uma forma de corrosão da vida social, com reflexo direto na vida familiar.

5 - Um caso em foco: o Conjunto Nova Primavera

O conjunto Nova Primavera, inaugurado na segunda metade de 2002, com área projetada de 39.762,75 m², subdividido em 258 lotes, cada lote destinado a uma unidade habitacional de 21,37 m² e 21,80 m², reversível a duas famílias para as unidades com primeiro andar. Corresponha a 2ª. Etapa do Projeto Novos Alagados – acordo firmado entre o Governo do Estado da Bahia, representado pela CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, o Banco Mundial, a ONG Italiana AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional e a Arquidiocese de Salvador.²⁴

²³ Cf. (ESPINHEIRA & SOARES) Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica: Deserdados do Mar e Segregados na Terra PIBIC/CNPq (2002-2003)

²⁴ Conforme memorial descritivo do Projeto Novos Alagados, que não foi seguindo à risca, a intervenção objetivava: a) um programa de recuperação ambiental da área; b) a erradicação de palafitas que avançava sobre a Enseada do Cabrito; c) boa infra-estrutura e saneamento; d) geração de emprego e renda; e) programa de formação de Mão de Obra; f) melhoria habitacional e sanitária. Um projeto ambicioso e necessário para amenizar a problemática habitacional de Salvador, em especial do Subúrbio Ferroviário, principalmente dos moradores das palafitas de Novos Alagados.

Tendo conhecimento dos objetivos desta intervenção urbana, analisaremos se o conjunto habitacional exerce a função de inserção social de seus moradores. Para isto explicitaremos o processo de ocupação deste *locus*, partindo do entendimento do ritual de ocupação do espaço. No caso do conjunto habitacional de Nova Primavera levaremos em consideração o processo de transferência dos moradores dos aglomerados de palafita dos Novos Alagados²⁵, que foram alocados em suas unidades habitacionais.

Situando geograficamente os recortes da pesquisa em estudo, o aglomerado de palafitas de Novos Alagados localiza-se na borda da Baía de Todos os Santos, na península de Itapagipe e nela na Enseada do Cabrito, Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A *metástase* de Alagados – aglomerado de palafitas iniciado nos anos 40 do século XX, e que chegou próximo a cem mil habitantes nos anos 70 – constituiu Novos Alagados, com o mesmo aspecto, o mesmo nome, a mesma miséria, onde viveram 11.921 pessoas (IBGE, 1995) em condições subumanas e degradantes em contraste com a beleza natural da enseada e dos bairros do entorno.

O aglomerado de palafitas e o conjunto habitacional em estudo são espaços urbanos que, mesmo estando próximos geograficamente, possuem diferenças marcantes, a começar pela configuração urbana, em que um é ambiente sobre a água e o outro sobre a terra firme. São também dois estilos de vida e de pactos sociais tacitamente estabelecidos.

A morada em palafita construída sobre a maré na Baía de Todos os Santos, consiste em um artifício habitacional de utilização inadequada do espaço aquático, que flagra nitidamente a precariedade da política habitacional do Estado da Bahia; explícita, por outro lado, a pobreza da população operária de Salvador. A palafita, como engenharia e arquitetura, configura um arranjo habitacional marcado pela insalubridade, o que nos leva a considerá-la como uma tipologia habitacional de risco²⁶, em que as possibilidades de ocorrência de desastres são consideravelmente maiores do que nas moradias estabelecidas sobre a terra. Além da suscetibilidade de imersão na maré, a palafita mostra-se frágil estruturalmente, construída com restos de madeiras, sendo necessário uma manutenção constante do barraco; além deste aspecto, ela não protege totalmente seus moradores do frio e da chuva, nem tampouco das balas perdidas, tão comuns em espaços de grande violência.

As dificuldades deste tipo de moradia são múltiplas, não há qualquer tipo de infraestrutura (água encanada, esgoto, etc.). A situação de pobreza é generalizada, mas a palafita faculta a possibilidade de se alocar sobre a água, já que o acesso à terra firme é dificultado; constituindo moradia, mesmo insalubre, ela configura-se como uma alternativa dos que não tem acesso a terrenos urbanos convencionais ou favelados, para milhares de pessoas que se encontram desprovidas da condição de viabilização imobiliária formal ou informal.

Os moradores das palafitas expressam uma variedade de práticas cotidianas que refletem o seu ambiente de morada; nessas práticas percebe-se claramente o envolvimento do morador da palafita com o ambiente da maré, como se efetivamente fizesse parte daquele ecossistema; este envolvimento vai além da simples utilização para morada e ganha dimensão de enraizamento produtivo, no instante em que os moradores utilizam-se daquele ambiente como meio de obtenção de alimentos para auto-consumo e de pesca e mariscagem para a comercialização, obtendo com isso rendimentos. Segundo Certeau, (1996, p.82), “as práticas são também determinadas pelo meio em que os indivíduos estão inseridos”. As relações com o ambiente da maré elaboram práticas e rituais que se desenvolvem entre os moradores das palafitas na constituição das identidades e no desenvolvimento do sentimento de pertença, a exemplo o rito da construção das palafitas (mutirão) e das passarelas comuns a todos; mas

²⁵ O conjunto habitacional Nova Primavera localiza-se à margem na mão direita do fluxo de tráfego norte da Avenida Afrânio Peixoto – popularmente conhecida como Avenida Suburbana – distante aproximadamente 300 metros da borda do mar, onde se localizava o aglomerado de palafitas.

²⁶ Áreas que geram alto risco de segurança aos seus ocupantes (Direito à cidade – SAULE, Nelson)

também a pesca, a mariscagem, os banhos de mar, os mergulhos lúdicos, e os festejos com a chegada da maré de março.

Além do entendimento da transferência dos moradores do aglomerado de palafita – saída do ambiente aquático (maré) e a chegada no ambiente de terra firme, assim como os rituais adaptativos e as novas práticas de vivência que surgiram no cotidiano dos relocalizados para o Conjunto Nova Primavera – o artigo analisa o conjunto habitacional como um espaço que não consegue alcançar uma integral inserção urbana, pois se percebe que a inserção perceptível é apenas a da estrutura física; seus habitantes não conseguem sustentar-se no social-formal, continuando como antes segregados da cidade formalizada e do bem estar social.

A cidade como pluralidade orgânica de unidades totalizadas, absorve o conjunto habitacional, em tese, e o integra em seus micro-espços formais ou informais. O conjunto habitacional quando localizado em espaços informais e desassistidos por políticas sociais de promoção humana e urbana se constitui em uma variável do planejamento fragmentista, o qual se manifesta quando a projeção urbana é concebida de maneira idealista, não considerando a realidade global da cidade e as reais condições da população que nela habita, tendo como a priori apenas o aspecto de inserção estrutural física. Com este planejamento há a continuidade das “cidades repartidas” dentro de uma cidade que é idealizada como unitária.

O conjunto habitacional e o não atendimento da função de inserção social são variáveis da fragmentação urbana da cidade moderna e das dualizações criadas entre cidade formal, informal, legal e ilegal ou, sintetizando, ambientes da riqueza e ambientes da pobreza. A fragmentação urbana gera conjuntos habitacionais como o de Nova Primavera, destituídos de identidade coletiva, que leva a uma não absorção do grupo espacializado. Além destes fatores esses ambientes são marcados por um freqüente movimento de rotatividade dos moradores pós-ocupação, que logo vendem, alugam ou passam a sua moradia.

O conjunto Nova Primavera, na sua concepção urbanística e arquitetônica, *invade* um espaço orgânico da cidade com sua arquitetura própria, popular, na forma convencional de construir e ocupar os imóveis. Saltam aos olhos o colorido fantasia dos imóveis, como a imitar as cores do Pelourinho²⁷ (azuis, rosas, verdes, brancos...), mas, ainda mais, as escadas externas e compartimentos em balanço projetando-se no espaço; tudo isto, em construções de dois pavimentos, impossibilitadas de ampliação do projeto, sobretudo o pavimento superior, ao tempo em que – e distorcendo o projeto – pode-se *fazer crescer* o “embrião”.

A exigüidade do espaço interno e a aparência frágil do imóvel dão aos seus moradores uma sensação de simulacro de moradia. A leveza exuberante das cores e a *forma* arquitetônica destoante da configuração urbano-arquitetônica do entorno são estranhadas e estranham o ambiente como se, ao invés de inserir-se, segrega-se e viola a ordem das coisas e das expectativas de seus moradores e vizinhos. A falta de sustentabilidade do conjunto habitacional, enquanto um equipamento de inserção urbana, é visível e explicita-se pela inexistência de uma efetiva participação comunitária com os atores populares, configurando-se em uma intervenção urbana dissociada de uma política social de inserção à urbanidade. Os transferidos das palafitas para o conjunto, mesmo morando em uma casa de alvenaria e em terra firme, continuam à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito a ocupação foi dado, mas o direito à cidade não.

*Aqui é um lugar de desamor ...*²⁸

²⁷ Centro histórico de Salvador

²⁸ T.S. Eliot. Quarta-feira de cinzas. Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004, p.187

A transferência habitacional e suas implicações: Os removidos das palafitas passam a viver em uma moradia diferente, até certo ponto estranha, com novos vizinhos e com uma relativa infra-estrutura; pois, como morador da unidade habitacional, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. Estes benefícios virão acompanhados de encargos financeiros que antes não tinham. A verdadeira inserção, neste caso, é pelo lado do pagamento de tarifas, taxas e impostos. No embrião, os moradores utilizam-se de uma relativa infra-estrutura e não possuem subsídios financeiros para a manutenção, pois a maioria dos moradores removidos é de desempregados ou trabalhadores sem renda fixa que sobrevivem de biscates e atividades informais. É bom salientar que antes, na palafita, na ecologia da maré, como constituindo um ecossistema, a alimentação estava garantida, assim como a coleta de mariscos e de peixes para a venda. Com as novas despesas do final do mês, ocasionadas pelos compromissos com a nova moradia, o ex-morador da palafita é vitimado por uma desorganização orçamentária a que ele não estava preparado a assumir; esta situação implicará em uma segregação do social formal.

[...] Na verificação das alterações das condições de vida e de trabalho decorrentes da mudança radical do local e do tipo de moradia, chama atenção para os custos sociais que a remoção implicava (aumento de custo e tempo gasto com transporte, queda de renda familiar por desemprego e elevação das despesas com habitação” (VALADARES, 1980, p 96).

Ao serem removidos para os conjuntos habitacionais do Governo do Estado percebe-se uma reordenação de vidas sem uma verdadeira mudança nas condições de existência; saindo da moradia sobre água para morar em embriões sobre a terra, tornam-se mais ainda segregados pelos novos encargos e novos estilos de vidas. Fica a memória nostálgica das relações que existiam entre as redes de convivência, enquanto moradores das palafitas, pois agora é um novo estilo de vida e de convivência no conjunto habitacional.

O sentimento de pertença era visível nas relações dos moradores das palafitas a partir dos múltiplos rituais, mas sobretudo de construção própria do aglomerado por justaposição sobre o ambiente aquático, uma interdependência orgânica, a formação de uma “territorialidade” na urbanização de corredores, as ruas sobre pontes de madeira; este fazer por conta própria e associado aos demais moradores atuava como variável na formatação de um modo de vida, o que não se verifica no conjunto Nova Primavera. Eles ainda não se sentem absorvidos pela o ambiente em terra firme, pela configuração urbana e pela arquitetura e ambiente da moradia, todas iguais, pasteurizadas, situação que pode explicar a rotatividade/renovação de moradores do conjunto habitacional. Observa-se a fala de uma moradora: *“Os barracos eram construídos por nós e de acordo com nossas necessidades. O embrião não foi construído por nós. Os embriões são pessoais e mal construídos [...] (03/2003).*

O desenraizamento com a transferência é percebido nas falas dos moradores, nas lembranças das histórias de vida e nas memórias nostálgicas das palafitas; boas e más lembranças são trazidas para o discurso dos entrevistados. Quando falam do Conjunto Nova Primavera referenciam mais os pontos negativos do que os positivos. Outro fator perceptível nessas falas refere-se à contradição em relação à aceitação ou não da unidade habitacional como morada. Há um consenso de que o embrião possui uma qualidade física superior à das palafitas. Eles admitem que o “embrião” – unidade habitacional – possui uma estrutura melhor, sentem saudades e falta das palafitas, contudo não desejariam voltar a morar sobre a maré. Mas não estão satisfeitos com os embriões. A re-localização a que os moradores das palafitas foram submetidos sugere uma ação arbitrária, pois a participação na decisão não foi efetiva, houve apenas uma simulação de discussões com a população, manipulação de informações e construção ideológica de argumentos em favor da saúde, da segurança, do

meio ambiente etc., pois a planificação do Conjunto Nova Primavera já estava pronta antes mesmo da consulta popular.

*Transfigurando sombras em beleza transitórias...*²⁹

Os moradores, assim como antes, continuam condenados a uma vida de inúmeras dificuldades, onde a situação de empobrecimento é uma constante. A inserção urbana esperada não foi conseguida; com o conjunto habitacional eles tiveram direitos apenas à ocupação do espaço, sem, contudo, inserir-se no tecido urbano com seus direitos garantidos à cidade. A consequência mais imediata é o despertar do anseio e da volúpia de obter um ganho com a transferência do imóvel para outros e seguir adiante para ocupar um “Novos Alagados”, ou encostas e vales através de invasão imobiliária. Este mecanismo de frustração/compensação é também uma ação imobiliária de caráter especulativo a um nível inferior da escala social. A expectativa ideológica de passividade e gratidão da “pobreza franciscana” de parte dos agentes governamentais e de agentes das classes dominantes é quebrada com as formas de “operar” o sistema desenvolvidas pelos agentes populares.

O planejamento de obras urbanas voltadas para a população de baixa renda, quando construídas desvinculadas de uma efetiva participação popular, não fomentam possibilidade de inserção dos moradores no social formal. O planejar por si só não possui autonomia de criar realidades próprias para uma população como a de Novos Alagados em situação de risco e de extrema violência. Por outro lado, participar, ou participação, não é ouvir ou dar opinião, mas fazer e fazer-se parte de um projeto, ou seja, ser também modificado no projeto e pelo projeto, como um projeto social em si mesmo. Eis o paradoxo encontrado no caso em estudo. Há um projeto urbano-arquitetônico, mas não há um projeto social. As pessoas são problemas e continuam sendo como tais; não são elas o objetivo do conjunto habitacional, mas este é que é o objetivo final: a forma não importando o conteúdo, os moradores.

No sentido de estimular a participação das comunidades nos projetos de intervenção de áreas urbanas, a organização dos atores envolvidos é fundamental para o estímulo à participação. Sendo função dos órgãos intervencionistas a “capacitação preparatória” para o debate, uma atitude de seriedade e comprometimento com a democracia participativa. Observa Gramsci (1996) que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por ela mesma’ sem se organizar no (sentido amplo); e não existe organização sem os intelectuais, ou seja, sem organizadores e dirigentes”.

*Mundo não mundo, mas o que não é mundo...*³⁰

O Conjunto habitacional e a simulação da inserção urbana: As favelas e invasões se intensificam em todas as grandes cidades brasileiras; São Paulo, Rio de Janeiro lideram o ranking de crescimento, seguidas por Salvador, Recife, Belo Horizonte. No caso de Salvador, o processo de expansão deste tipo de área, considerada informal inicia-se por volta de 1945, se mostrando presente atualmente como parte integrante do fenômeno urbano e variável da especulação imobiliária. É uma forma de *habitar* e de construir habitats.

Como alternativa para amenizar este crescimento surgem os conjuntos habitacionais e os primeiros são os das décadas de 60 e 70 do século XX. Segundo a pesquisadora do Lab/Habitar-UFBA, Ângela Gordilho (2002, p. 170):

[...] Na consolidação do mercado imobiliário dos anos 60 até os anos 80, destaca-se, sobretudo, a produção habitacional através dos financiamentos promovidos pelo BNH/SFH (Lei n.º.4.380), visando promover a construção e

²⁹ T.S. Eliot. Quarta-feira de cinzas. Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004, p.187

³⁰ T.S. Eliot. Quarta-feira de cinzas. Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004, p.187

a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda, que foram responsáveis por uma ampla produção do parque imobiliário e da infra-estrutura urbana; apenas pela URBIS, na RMS – Região Metropolitana de Salvador, foram produzidos em torno de 45 mil unidades habitacionais, até meados dos anos oitenta.

A história dos conjuntos habitacionais em Salvador é contemporânea à história dos conjuntos habitacionais no Brasil, com aproximadamente 60 anos de existência. O conjunto Nova Primavera, objeto de nosso estudo, é o mais novo complexo habitacional para população de baixa renda (menos de dois salários mínimos), instalado em Salvador, não apenas – ou não por isto – como parte da política habitacional, mas como proposição de substituição de paisagem e valorização de área ocupada pela pobreza. A Enseada do Cabrito, na península de Itapagipe, de grande beleza visual e cultural, é estrangida pela presença de uma pobreza tão ostensiva que se tornou objeto de visitação de gente de fora para testemunhar as formas mais rudimentares de existência urbana. Os Alagados eram uma espécie de desafio   solução de um problema urbano-social de grande magnitude e a solução encontrada foi a mais elementar: curar “a ferida” aterrando a borda do mar e sobre o aterro a construção de habitações populares.

O Aterro dos alagados nos anos 80 foi viabilizado pela constituição de uma empresa estatal, a HAMESA – Habitação e Melhoramentos S.A., quando, na época, o vazio urbano às margens da Avenida Suburbana era not rio. Simbolicamente aterrar Alagados era como promover o esquecimento de uma situação e o apagar de uma imagem que, como outras da “baianidade”, identificavam a Cidade da Bahia. Novos Alagados, como metástase de Alagados, foi a solução popular para o problema não resolvido, apenas dissimulado, da habitação popular em Salvador. A borda do mar – a maré – parecia ter “vocação” para o assentamento da pobreza, pois foi assim, na década de 40 do século XX, que por falta de política fundiária urbana os pobres conquistaram a superfície das águas de mangues e do mar para estenderem o intrincado labirinto de palafitas, que chegou a abarigar perto de cem mil pessoas.

Sem se ater às questões humanas, na dimensão do social e sem políticas sociais, o conjunto Nova Primavera é a representação do simulacro urbanístico e político de atenção social. Eis um exemplo da situação atual reportada pelo Jornal A TARDE em matéria de uma página com a seguinte manchete: “Casas racham em Novos Alagados”:

[...] A alegria de receber casa nova transformou-se em pesadelo para os moradores do Conjunto Nova Primavera, em Novos Alagados. Entregues a partir de 2001, as novas moradias estão cheias de rachaduras e sendo invadidas constantemente por água de esgoto, para desespero dos moradores. Para completar o quadro de dificuldades, os moradores (pessoas de baixa renda ou sem nenhuma) afirmam que não têm condições para pagar as mensalidades e as contas de água, que chegam com preç os altos. (Jornal A Tarde, 22/04/2004, p. 5).

O *calo urbano*, que é o conjunto habitacional, há tanto tempo maltratando as cidades, os bairros e os moradores, é mais um atrativo para empreiteiras e para a incorporação imobiliária do que para a paisagem urbana e para a moradia em si mesma. Sem fazer com que os moradores fizessem, eles próprios, parte do projeto de “melhoria” urbana, esses conjuntos habitacionais, tão ostensivamente precários, não têm sustentabilidade, assim como os seus moradores não têm auto-sustentação. Como conseqüência desta condição e da situação que configura o tipo de a o governamental, a construção de conjuntos habitacionais favorece mais a empreiteiras e a incorporadoras imobiliárias do que a cidade e seus moradores.

*Todas as casas submergiram no mar*³¹

A sociedade contemporânea é pródiga em ler e traduzir as condições sociais através de números correlacionados em tabelas e gráficos, em indicadores de situações de vida. Este procedimento sintético muitas vezes camufla, e por vezes anula, a existência de atores sociais em seus jogos cênicos, nos quais destinos pessoais estão alinhados ao esforço cotidiano de toda a coletividade, seja ela expressa no conjunto da cidade, seja na configuração de paisagens menores, bairros ou mesmo ruas. As práticas sociais cotidianas passam despercebidas dessa leitura e dessa tradução que desconhecem os destinos pessoais, as subjetividades e tomam como referenciais tão somente os dados que ligam essas pessoas ao conjunto organizado do que se poderia considerar como estrutura social. Assim, os níveis de renda, medidos pelo salário mínimo, diriam das condições de vida de uma população, ou PIB a renda *per capita*, a riqueza de um país. Mas não estão presentes os sentimentos, os modos de ser, os gestos e as falas, a alma e humor, as expressões da existência. (ESPINHEIRA, 1999, p.72).

O arruinamento precoce de outro conjunto habitacional, também parte do mesmo projeto de “melhoria” urbana com a substituição das palafitas, denominado Araçás, é logicamente explicado, em um tom de situação inelutável, por ter sido construído “praticamente em cima do manguezal e o terreno precisa de um tempo de adensamento de, no mínimo, cinco anos, para se saber como vai ficar”. Eis que uma explicação técnica do gestor da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia vai de encontro à preservação ambiental ao tempo em que confessa a pressa e o erro técnico de avaliação da base geológica do terreno em que se ergueram as casas. Mas, se neste caso o “massapé”, terreno movediço, foi o responsável, no Nova Primavera os danos mais gerais são da engenharia utilizada. Eis, assim, uma demonstração de que foi dito como tese: os conjuntos são para empreiteiras e para incorporadoras imobiliárias na dissimulação da política urbana.

A inserção urbana dos conjuntos habitacionais como *calos* urbanos, no exotismo “pós-moderno” de uma arquitetura a imitar, em suas cores levianas, a imagem cultural do Centro Histórico – Pelourinho, revela a falácia da “política habitacional”, assim como explicita a sua dissimulação. Aos pobres a pobreza e a enganação. Os antigos conjuntos habitacionais – dos quais, no Rio de Janeiro a Cidade de Deus é uma referência – não se integram à paisagem, assim como desintegraram os seus moradores da sociedade, da sociabilidade, inscrevendo-os na barbárie. Os conjuntos, alguns, são pesados Carandirus e neles os seus moradores são prisioneiros de uma urbanização que violenta a população e a própria imagem da cidade. Esses conjuntos são invasões legitimadas pelo urbanismo fragmentista que violenta a existência.

A participação popular em projetos de re-qualificação urbana que os envolve como os principais atores é mera forma de engenharia social em busca de consenso. Líderes são reconhecidos e elevados à condição de interlocutores privilegiados e operam como sentinelas avançados dos gestores e ideólogos do projeto. Resta à população o consolo de algum atendimento às suas queixas, do ouvir as lamúrias e de saber que são felizardos porque agora estão morando em terra firme, em construções de alvenaria, com infra-estrutura e pagando tão somente 10% do salário mínimo por mês para amortizar o imóvel “embrião” que, como todo embrião, deve crescer, se expandir.

³¹T.S. Eliot. Quarta-feira de cinzas. Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004, p.187

*Porque espera não posso mais*³²

O acúmulo de frustrações corrói o caráter – para usar uma expressão de Sennett (2001), forçando para baixo a qualidade de vida, pelo fato de não se poder manter um padrão considerado condizente com o novo ambiente de moradia. A exigüidade dos imóveis, por outro lado, é fonte de descontentamento e de frustração, uma vez que as expectativas com a nova moradia não se concretizam a contento, mas instauram uma contrariedade que só faz progredir a medida em que se vivencia cotidianamente aquela realidade.

O desconforto e a desconfiança de si, ou seja, de que foi vítima de uma promessa falha e que tem que pagar por ela tira da pessoa o sentimento positivo de pertença a um lugar positivo e estabelece a amargura de uma permanência, enquanto não encontra a oportunidade de passar adiante o imóvel e ir para um improvisado habitacional, sem onerar a receita – que já é insuficiente para o básico – mas que é de sua responsabilidade, conquista na forma de invasão da terra urbana e construção da moradia segundo as possibilidades concretas da família. O sacrifício é compensado pelo não pagamento de encargos urbanos e o fato de estar agora mais distante é compensado pelo sobre-valor obtido com o repasse da habitação anterior. Emerge a ilusão de que o “capital” obtido com a transação pode permitir a montagem de um “negócio” próprio e, com ele, gerar renda.

Os pobres são afastados por uma força centrífuga para as periferias aumentando-as em suas proporções de pobreza, aguçando cada vez mais os problemas urbanos e sociais já encontrados desde a origem desses assentamentos que se tornam bairros das grandes cidades. Uma distribuição espacial da população que cresce mais por agregação do que por reprodução biológica, mas que, por isso mesmo, dá visibilidade a um crescimento demográfico que está no estigma da própria pobreza: reprodução irresponsável, sem a capacidade do provimento dos bens materiais necessários à existência das crianças e dos adolescentes.

6- Considerações finais : crescimento populacional x pobreza

*Por tudo o que foi feito e que refeito não será*³³

Em divulgação recente, o IBGE registrou 27% dos jovens brasileiros urbanos afastados de escolas e sem trabalho, concentrados nos bairros ditos *populares*, destinados a reproduzir o vazio de perspectivas a medida em que se tornam adultos e, neta fase do ciclo vital, sem condições de assumir os papéis sociais esperados de adultos. Essa realidade é mais cruel para as pessoas do sexo masculino, desestabilizadas em seu percurso na vida, procuram desvios para se obterem renda e quase sempre as alternativas são no campo da transgressão e do crime.

Deslocados de qualquer suporte e retaguarda, já que os pais são também fracos em termos de renda, quando não desprovidos dela, a sedução dos ganhos em atividades informais criminosas torna-se um imperativo. Em São Paulo, em bairros populares em que são evidentes as situações de risco, a proporção de homicídios por grupo de cem mil se eleva do padrão médio de 42/100.000 para 286,4/100.000, na idades entre 14 e 24 anos, como anota Manso (2005, p. 21). Sem os mesmos dados para os bairros de Salvador, pode-se dizer que aqui o mesmo acontece, ainda que em termos absolutos o número de homicídios seja inferior.

O crescimento populacional por agregação tende a elevar a homogeneidade social e cultural dos bairros, tanto em um extremo quanto no outro, ou seja, de um lado a pobreza e do outro a riqueza, como pólos excludentes na estratificação espacial das cidades. Era uma ilusão, em termos, que a pobreza resultava da reprodução biológica, da fecundidade das mulheres do povo e da virilidade de seus homens, que sem alternativas de lazer e com tempo

³² T.S. Eliot. Quarta-feira de cinzas. Poesia completa. Tradução e notas de Ivan Junqueira. São Paulo: ARX, 2004, p.187

³³ Idem. Ibidem.

de sobra no não trabalho (desemprego, subemprego etc.) se dedicavam ao amor reprodutivo, sem quaisquer barreiras anticoncepcionais.

A pobreza parecia despertar a libido e acirrar a reprodução, como se a mortalidade infantil mais elevada nos ambientes pobres estivesse, naturalmente, a requerer reposição do contingente populacional afetado. Conter o crescimento da pobreza pelo controle da natalidade na simples formulação de que se não nascessem mais pobres os que o são agora não se multiplicariam. Nesta linha de raciocínio os pobres são uma herança da pobreza e se deles tirar a possibilidade de se reproduzirem os pobres desaparecerão ao longo do tempo.

Se, por um lado, o Mapa da Pobreza está a indicar uma queda geral do nível de pobreza no país, e isso é atestado pelo índice de Gini medido recentemente por estudo da FGV, a desconcentração de renda é muito sutil e seus efeitos são extremamente pequenos quando se tomam as pessoas em suas realidades imediatas e quando se considera o horizonte de vida das pessoas. Dez ou vinte anos equivalem a 15% ou 30% do total da vida dessas pessoas, considerando uma expectativa de vida em torno de 73 anos de idade. Efeitos demorados se rebatem nos filhos daqueles que hoje são pobres e não neles, que vão vivenciar as condições de pobreza e ou de miséria antes que os efeitos distributivos lhes alcancem, tal é o ritmo lento e pequeno das mudanças.

Mas, do lado biológico, a reprodução representou uma desaceleração acentuada a desmistificar a idéia de que a pobreza era o resultado da reprodução biológica de pobres, e não uma conseqüência da forma como a riqueza é produzida e distribuída. O mal genealógico da pobreza é agora visto como um mal ecológico, pois tendem os pobres – dizem os positivistas pragmáticos – a se concentrarem e desequilibrarem a paisagem das metrópoles criando zonas de risco, a exemplo dos morros do Rio de Janeiro ou das favelas de São Paulo ou de qualquer outra cidade do país, como as periferias de Salvador.

Referências:

ATHAYDE, Celso. Cabeça de porco/ Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Habitar como questão de política pública. In: SOUZA, Angela Maria Gordilho. Questões sobre Habitação. Eufba, 1999.

CALDEIRAS, Tereza. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana:”. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 47, março: (155- 78). 1997.

CARVALHO, Ináia M. M. de e PINHO, José Antônio G. Duas lógicas em confronto. In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, (org.) A crise de moradia nas grandes cidades. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 189-204.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. Arquitetura e Indústria: a Península de Itapagipe - 1891 – 1947. Dissertação de Mestrado – EESC/USP – 2004.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

CELESTINO, S. Anistia II. A TARDE, Salvador: 23/12/2005, p. 20

- CONDER (BA). PROJETO MINTER. Novos Alagados – Salvador – Bahia – Brasil. Salvador: 1996. [s.p.]
- ESPINHEIRA, Gey. A casa e a rua. In Cadernos do Ceas, nº 145 (pp. 24-38), Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1989.
- ESPINHEIRA, Gey. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar na civilização. In Caderno do CRH. Salvador: Centro de Recursos Humanos, v. 18, n. 45, set./dez. 2005.
- ESPINHEIRA, Gey. Salvador: A cidade das desigualdades. Cad. CEAS, Salvador. 1999.
- FERNANDES, Rosali B. Processos recentes de urbanização em Salvador: O Miolo, região popular e estratégia da cidades. *Biblio 3W.*, Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 523, 20 de julho de 2004. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm>]. [ISSN 1138-9796].
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. R.de Janeiro: Civiliz. Brasileira, 1966.
- MONTOYA URIARTE, Urpi, ESTEVES JÚNIOR, Milton (orgs.). Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.
- NUNES, Débora. Pedagogia da Participação – Trabalhando com comunidades/ tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/ Quarteto, 2002
- NIGRO, Marise B. A modernidade e a Gestão da Pobreza. Trabalho de Conclusão da Disciplina SAP/5830– Teoria e Concepções da Modernidade. EESC/USP, 2005.
- PAUGAM, Serge. Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza. S. Paulo. Cortez/Educ, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e Planejamento no Brasil - 1960/1983. In: Cadernos de Pesquisa do LAP 11. AUH/FAU/USP, São Paulo, 1996.
- RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (orgs). Reforma Urbana e Gestão Democrática – promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. 5ª. Edição. São Paulo – SP: Hucitec 1988
- SAMPAIO, Antonio Heliodório L. Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal. Salvador. Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da Ufba, 1999.
- SERPA, Ângelo (org). Fala Periferia! [...] a produção do espaço periférico soteropolitano. Salvador – 2001.
- SOARES, Antonio M. de C. & ESPINHEIRA, G. Das Favelas aos Conjuntos Habitacionais. In: ANAIS do Seminário Internacional NUTAU 2004 — USP– São Paulo, 2004.
- SOARES, Antonio Mateus de C. & ESPINHHEIRA, G. Deserdados do Mar e Segregados na Terra. Relatório de Pesquisa Pibic/CNPQ (2002-2003). CRH/UFBA, 2003.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Limite do Habitar: segregação e exclusão na configuração [...]de Salvador e perspectiva no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.

STÉBÉ, Jean-Marc. La crise des Banlieuses. Paris – PUF

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. Ed. 34. São Paulo, SP, 2001.

T.S.ELIOT. East coker. Quatro quartetos. In Poesia completa. São Paulo: ARX, 2004. p. 351.

VALADARES, Lícia Prado. Passe-se uma casa. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.